



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

### PRESIDÊNCIA

#### PORTARIA CONJUNTA PRES/CRE Nº 13/2025

Dispõe sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte no período de 22 de dezembro de 2025 a 06 de janeiro de 2026. (\*)

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE E O DESEMBARGADOR-CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 20 e 22, respectivamente, do [Regimento Interno deste Tribunal](#),

Considerando o disposto no art. 62, inciso I, da [Lei Federal nº. 5.010, de 30 de maio de 1966](#), que considera feriado na Justiça Federal os dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive;

Considerando a aplicabilidade da aludida norma à Justiça Eleitoral, nos termos da Resolução TSE nº. 18.154, de 14 de maio de 1992;

Considerando o que dispõe o art. 108, inciso I, do [Regimento Interno deste Tribunal](#);

Considerando o art. 2º, § 1º, da [Resolução CNJ nº 244, de 12 de setembro de 2016](#), que dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período natalino e da suspensão dos prazos processuais, e dá outras providências;

Considerando o que dispõe o art. 10 da [Resolução TSE nº 23.478, de 10 de maio de 2016](#), que estabelece diretrizes gerais para a aplicação da [Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Novo Código de Processo Civil](#), no âmbito da Justiça Eleitoral;

Considerando a [Resolução TSE nº 22.901, de 12 de agosto de 2008](#), que dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário no âmbito da Justiça Eleitoral;

Considerando a [Portaria nº 292/2012-GP](#) que dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário no âmbito do TRE/RN;

Considerando a [Resolução TRE/RN nº 112, de 20 de outubro de 2023](#), que regulamentou o expediente no recesso forense, estabeleceu a suspensão dos prazos processuais, alterou a [Resolução TRE/RN nº 32/2020](#) e deu outras providências;

Considerando o encerramento do exercício financeiro após o advento da [EC nº 95/2016](#), que instituiu o Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, com impacto direto nas atividades de execução orçamentária a serem desenvolvidas pelas unidades técnicas da Casa;

RESOLVEM:

Art. 1º No período compreendido entre 22 de dezembro de 2025 e 06 de janeiro de 2026, o funcionamento da Secretaria deste Tribunal e dos Cartórios Eleitorais do Rio Grande do Norte observará o disposto nesta Portaria.

## CAPÍTULO I

### DOS PLANTÕES

Art. 2º Nos dias 22, 23, 26, 29 e 30 de dezembro de 2025, e 02, 05 e 06 de janeiro de 2026, a Secretaria deste Tribunal e os Cartórios Eleitorais do Rio Grande do Norte funcionarão sob regime de plantão, mediante a prestação de serviço extraordinário, conforme o anexo desta Portaria.

§ 1º Em razão de feriado nesta Capital, não haverá plantão na Secretaria do Tribunal e nos Cartórios Eleitorais de Natal no dia 06 de janeiro de 2026.

§ 2º O expediente nas unidades da Secretaria deste Tribunal e nos Cartórios Eleitorais do Estado será das 8h às 13h.

§ 3º Com exceção dos Pontos de Atendimento das Centrais do Cidadão, os Postos de Atendimento ao Eleitor das Zonas Eleitorais não funcionarão no período a que se refere o caput.

Art. 3º Ficam suspensos os prazos judiciais referentes a processos eleitorais na jurisdição deste Tribunal, no período de 20 de dezembro de 2025 a 20 de janeiro de 2026, período no qual não serão realizadas audiências e sessões de julgamento, como previsto no art. 220 do Código de Processo Civil, observando-se, quanto a publicação de acórdãos, sentenças e decisões, bem como quanto aos prazos de natureza judicial penal, as disposições da [Resolução TRE/RN nº 112, de 20 de outubro de 2023](#).

Art. 4º Os Juízes da Corte, durante o período especificado no caput do art. 1º desta Portaria, deverão permanecer de sobreaviso para apreciação de demandas urgentes, conforme escala a ser definida pela Presidência.

Parágrafo único. Havendo impossibilidade no cumprimento da escala de plantão, o Juiz deverá comunicar à Secretaria Judiciária, com a antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), para que sejam adotadas as providências necessárias à sua substituição e à publicação da respectiva portaria.

Art. 5º Nas Zonas Eleitorais, os Juízes farão publicar, em local apropriado, a escala de plantão dos servidores, que deverão trabalhar em sistema de revezamento, contendo o horário de funcionamento dos respectivos cartórios durante o recesso natalino.

§ 1º Nos municípios onde houver mais de uma zona eleitoral, poderá, a critério dos juízes, haver revezamento entre servidores de zonas distintas, para fins de plantão, com o objetivo de suprir eventual carência de servidores em algumas dessas zonas.

§ 2º Nas zonas eleitorais em que for adotada a faculdade do parágrafo anterior, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Eleições - STIE deverá ser comunicada até o dia 10 de dezembro de 2025, a fim de que sejam providenciadas as medidas necessárias ao acesso dos servidores aos sistemas respectivos.

## CAPÍTULO II

### DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 6º As atividades relacionadas ao encerramento do exercício financeiro poderão ser desenvolvidas pelas seguintes unidades, mediante a realização de serviço extraordinário, nos dias 22, 23, 26, 29 e 30 de dezembro de 2025, no horário das 8h às 20h, desde que cada servidor não ultrapasse a carga horária máxima diária de 10 (dez) horas:

I. Gabinete da Presidência;

II. Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência;

III. Diretoria-Geral;

IV. Gabinete e Apoio a Planejamento e Gestão da Diretoria-Geral;

V. Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral;

VI. Secretaria de Gestão de Pessoas;

VII. Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças;

VIII. Gabinete e Apoio a Planejamento e Gestão da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças;

IX. Coordenadoria de Orçamento e Finanças;

X. Seção de Execução Financeira;

XI. Seção de Execução Orçamentária;

XII. Seção de Planejamento Orçamentário e Financeiro;

XIII. Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial;

XIV. Seção de Gestão Patrimonial;

XV. Seção de Gestão de Materiais;

XVI. Seção de Gestão de Contratos;

XVII. Seção de Manutenção;

XVIII. Seção de Conservação Predial;

XIX. Seção de Engenharia (apenas nos dias 26 e 29/12/2025);

XX. Seção de Editais e Contratos;

XXI. Seção de Gestão de Transportes;

XXII. Coordenadoria de Benefícios e Pagamento;

XXIII. Seção de Cálculos e Conferências;

XXIV. Seção de Folha de Pagamento;

XXV. Seção de Gestão de Benefícios;

XXVI. Seção de Registros Funcionais;

XXVII. Seção de Gestão de Estágio, Adicionais e Teletrabalho;

XXVIII. Seção de Assistência Médica e Saúde Ocupacional (apenas no dia 22/12/2025).

§ 1º Excepcionalmente, além das unidades relacionadas no caput, havendo necessidade, poderão prestar serviço extraordinário nos dias 22 e 23 de dezembro de 2025, os fiscais de contratos de prestação de serviço de natureza continuada e de contratos de concessão de serviço público para fins de providências relativas ao pagamento parcial relativo à fatura do mês de dezembro de 2025.

§ 2º As unidades de suporte da STIE (SRI e SMI) poderão complementar o serviço extraordinário referente ao plantão, a fim de atender às necessidades dos setores nominados no caput deste artigo, ficando a jornada diária complementar limitada a 5 horas com observância de 1 hora de intervalo para repouso/alimentação.

§ 3º A Diretoria-Geral e respectivo gabinete (GAPDG), bem como as unidades vinculadas à SAOF (SAOF, GAPSAOF, COFIN, SECON, SEPOF, SEFIN, SEORC, SEPAT e SEMAT), à SGP (COBEP, SFP, SCC, SGB, SRF e SEGEAT) e à SJ (SDP), poderão prestar serviço extraordinário nos dias 02 e 05 de janeiro de 2026, objetivando dar prosseguimento às atividades orçamentárias dos exercícios de 2025 e 2026, início dos procedimentos de fechamento do ponto de janeiro e, excepcionalmente, ao término e início dos programas de estágio, observado o horário das 8h às 13h.

§ 4º Excepcionalmente, e desde que constatada a necessidade, poderão prestar serviço extraordinário, nos dias 20 e 27 de dezembro de 2025, os servidores das unidades indicadas nos incisos V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV.

§ 5º Excepcionalmente, e desde que constatada a necessidade, poderão prestar serviço extraordinário no dia 31 de dezembro de 2025, servidores das seções indicadas nos incisos XIII e XIV.

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º O serviço extraordinário decorrente de plantão ou de atividades voltadas ao encerramento do exercício financeiro deverá ser solicitado até o dia 03 de dezembro de 2025, por meio do Sistema de Serviço Extraordinário, indicando-se o quantitativo de servidores estritamente necessário à realização dos trabalhos.

Art. 8º A retribuição pelas horas laboradas poderá ocorrer mediante compensação ou em pecúnia, havendo disponibilidade orçamentária.

Parágrafo único. A retribuição em pecúnia será limitada a 5 horas diárias, considerando-se a disponibilidade orçamentária e observado o disposto na [Resolução TSE nº 22.901, de 12 de agosto de 2008](#).

Art. 9º O registro do ponto, durante a realização do serviço extraordinário, deve ser efetuado de forma biométrica e o trabalho deve ser desenvolvido presencialmente, durante todo o mês e não somente nos dias em que o servidor, submetido ao teletrabalho, compareça presencialmente ao Tribunal.

§ 1º Quando não ocorrer o registro biométrico do ponto eletrônico, o registro manual, por meio de ajuste, poderá ser realizado até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação, devendo o servidor, para fins de comprovação da jornada extraordinária, proceder à juntada de documento no Sistema SGRH Frequência, capaz de demonstrar o dia e a hora do serviço prestado, e que esteja nos termos da Orientação nº 01/2018-GP e atualizações, cujo detalhamento encontra-se disponível para fins de consulta no Portal da Secretaria de Gestão de Pessoas

(Serviços de Pessoal > Frequência e Férias > Ponto Eletrônico - Ajuste de Ponto > Banco de Decisões Administrativas).

§ 2º Na hipótese de convocação de servidor em modalidade de teletrabalho, para a prestação de serviço extraordinário, inclusive plantão, a mudança para a modalidade presencial estará configurada a partir da data de início das atividades de extra jornada.

§ 3º Não será necessário novo pedido para o retorno à modalidade de teletrabalho, que não poderá ocorrer dentro do mês em que o servidor realizar serviço extraordinário, independentemente do quantitativo de horas autorizado ou do serviço extraordinário efetivamente prestado.

Art. 10. Serão observadas as disposições da [Portaria nº 292/2012-GP](#) que não conflitarem com a presente norma.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência e pela Corregedoria, conforme lhes couber.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

*Assinado e datado eletronicamente*  
Desembargadora **Maria de Lourdes Azevêdo**  
Presidente

*Assinado e datado eletronicamente*  
Desembargador **Ricardo Procópio Bandeira de Melo**  
Corregedor Regional Eleitoral

(\*) Republicada por incorreção no art. 6º, XIX.



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Lourdes Medeiros de Azevêdo, Presidente do TRE-RN**, em 02/12/2025, às 09:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Procópio Bandeira de Melo, Presidente em exercício**, em 02/12/2025, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-rn.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=2428760&crc=589BEE01](https://sei.tre-rn.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2428760&crc=589BEE01) informando, caso não preenchido, o código verificador **2428760** e o código CRC **589BEE01**.

**FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DO TRIBUNAL E DAS ZONAS ELEITORAIS MEDIANTE PLANTÃO**

CORREGEDORIA - CRE	QUANTIDADE DE SERVIDORES
Gabinete - GABCRE	01
Assessoria Jurídica e Correicional - AJCRE	01
Coord. de Direitos Políticos e Cadastro Eleitoral - CDCE, Seção de Direitos Políticos e Suporte às Zonas Eleitorais - SDPS e Seção de Fiscalização e Atualização do Cadastro Eleitoral - SFAC*	02*

*\*Dois servidores respondendo pelas três unidades*

GABINETE DOS JUÍZES DA CORTE	QUANTIDADE DE SERVIDORES
Gabinete do juiz plantonista	01

SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJ	QUANTIDADE DE SERVIDORES
Secretário	01
Gabinete - GAPSJ	01
Seção de Autuação e Distribuição - SAD	01
Seção de Processamento e Dados Partidários - SPDP	01
Seção de Processamento e Estatística - SPE	01

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES - STIE	QUANTIDADE DE SERVIDORES
Seção de Redes e Infraestrutura - SRI	01
Seção de Microinformática - SMI	01
Seção de Sistemas Eleitorais e Apoio às Eleições - SSAE	01

ZONAS ELEITORAIS	QUANTIDADE DE SERVIDORES
Cartório Eleitoral	01